

A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO E DOS MUNICÍPIOS DE UBIRATÃ, CAMPINA DA LAGOA E NOVA CANTU-PR¹

Antonio Nivaldo Hespanhol²

RESUMO:

A ocupação efetiva da região de Campo Mourão, pelo elemento branco, iniciou-se no princípio deste século, sendo o processo intensificado nas décadas de 1940 e 1950 com a instalação de colônias pelo Governo Estadual e com a implantação de alguns projetos de colonização pela iniciativa privada. Os municípios de Ubatatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu tiveram a sua ocupação sistemática iniciada na década de 1950, com a implementação de projetos de colonização geridos pelo poder público Estadual e pela iniciativa privada.

Palavras-chave: Agricultura, café, colonização, fluxo populacional, ocupação, região.

SOCIO-SPATIAL ORIGINS OF CAMPO MOURÃO REGION AND OF UBIRATÃ, CAMPINA DA LAGOA AND NOVA CANTU DISTRICTS IN PARANÁ STATE - BRAZIL

ABSTRACT

The effective occupation of Campo Mourão region by white people begun in the rise of this century, being that process intensified in the 40's and 50's by the State Government Colonization Program and by some private colonization projects. Ubatatã, Campina da Lagoa and Nova Cantu districts had their systematic occupation started in the 1950 decade, through the implementation of colonization projects managed by Paraná State Government and several particular initiatives.

KEY-WORDS: Agriculture; coffee; colonization; flux population, occupation, region.

- 1 - *Parte da dissertação de Mestrado intitulada "O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná. O caso dos municípios de Ubatatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu", apresentada em abril de 1991 no IGCE-UNESP*
- 2 - *Docente da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP.*

1 - INTRODUÇÃO:

A região de Campo Mourão localiza-se na porção centro ocidental do território paranaense. A cidade de Campo Mourão é sede da Microrregião Homogênea 286 que congrega 22 municípios e cobre uma área de 12.718 Km². Os municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu situam-se no extremo meridional da referida M.R.H. e cobrem uma área total de 2.030 Km², sendo que o município de Ubitatã conta com 656 Km², Campina da Lagoa com 818 Km² e Nova Cantu com 556 Km² (Figura 1).

A despeito de terem ocorrido algumas incursões na área, tanto durante o período colonial (exploradores espanhóis e bandeirantes) como no século passado (principalmente durante a Guerra do Paraguai), a ocupação efetiva da região iniciou-se no começo deste século e ganhou impulso a partir dos anos 1940, com a implantação das chamadas colônias pelo Governo do Estado.

Entre os anos de 1940 e o final da década de 1960 a região recebeu um grande contingente populacional, sendo que a maioria dos migrantes se fixou na zona rural. Neste período a infra-estrutura regional era precária, via de regra, após e simultaneamente ao desmatamento da densa floresta, praticava-se a agricultura, sendo cultivadas lavouras de subsistência (arroz, feijão, mandioca, etc) com excedentes comercializáveis, bem como lavouras voltadas estritamente para o mercado (algodão, café, menta, etc.), além da atividade criatória (suinocultura, bovinocultura).

A partir da década de 1970, a região, bem como o Estado do Paraná, tornou-se um centro de repulsão de população, devido principalmente à substituição da agricultura tradicional, pela agricultura moderna, representada na região pelo binômio soja/trigo.

2 - AS PRIMEIRAS INCURSÕES SOBRE A REGIÃO

A porção Centro-Occidental do território paranaense, onde se situa a região de Campo Mourão e os municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu, era parte integrante da província paraguaia de Guahá, sendo habitada primitivamente (até o final do século XVIII), pelos índios Kaigangs, Guaranis e Xetás.

Segundo a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa (1982) a área foi:

"visitada pelos primeiros europeus, em meados do século XVI. (...), o capitão espanhol Riqueinu, com cem soldados, penetrou em direção leste, nas matas entre os rios Ivaí e Piquiri onde encontrou o CAMPO ABERTO BORDADO DE ARAUCÁRIAS. Assim foi conhecida a região no terceiro quartel do século XVI, que em 1629, seria tumultuada com a passagem das hordas de bandeirantes luso-brasileiros, sob o comando de Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares". (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA, 1982: 05).

De acordo com a mesma fonte,

"Em 1769/71, com as bandeiras de Afonso Botelho de Sampaio e Souza (...), seria conhecida toda a região, que por influência do então recentes descobrimentos e redescobrimientos dos Campos de Palmas e de Guarapuava, seria apelidada de 'CAMPO DO MOURÃO', em homenagem ao então governador da Província de São Paulo (1765/75), DOM LUIZ ANTONIO DE SOUZA E MOURÃO". (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA, 1982: 05)

Mas somente no período compreendido entre 1864 e 1870,

"(...) a região esteve sob a mira de interesses, desta vez por parte dos exércitos de Solano Lopes, durante a Guerra do Paraguai. Derrotado o ditador paraguaio, a região foi em 1872 visitada, agora com sentido de posse efetiva e de colonização, em mãos paranaenses." (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA, 1982: 06)

A primeira apropriação de terras na região data de 1893, representada por um registro ou declaração de posse que

"(...) englobou 30 nomes de pecuaristas guarapuavanos que declararam possuir desde 1880, uma área em comum de 60 mil hectares, atribuindo-se a posse das mesmas terras denominadas 'Campo Mourão' dando margem a posteriores legitimações de posse de terras nessa região. Contudo a ocupação evidente com morada habitual, na região, só se concretizou com a chegada de José Luiz Pereira em 1903, fixando-se onde hoje é a cidade de Campo Mourão." (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA, 1982: 06)

BERNARDES, L. (1953) destaca que nesta parte do Terceiro Planalto paranaense, localizada ao Sul do rio Ivaí (onde se encontra a Região de Campo Mourão), a ocupação não planejada do território iniciou-se, sobretudo, a partir do princípio deste século (XX).

Segundo a autora, durante as quatro primeiras décadas deste século, ocorreu no Oeste do Paraná (ao Sul do rio Ivaí),

"(...) o avanço da fronteira demográfica, mas este não se processou para dar lugar a uma ocupação efetiva e um aproveitamento econômico real das áreas desbravadas, mas somente a uma ocupação escassa e nucleada, por elementos que muitas vezes vivem à margem da civilização, sem nenhum contacto com as áreas povoadas do leste." (BERNARDES, L., 1953: 372)

3 - A OCUPAÇÃO EFETIVA DA REGIÃO

A ocupação sistemática da região de Campo Mourão, bem como de toda a área situada ao Sul do rio Ivaí, intensificou-se a partir da década de 1940, com a implementação pelo poder público estadual, de um plano geral de colonização, que resultou na implantação de várias colônias na região.

Assim,

"(...) foram criadas na vertente da margem direita do rio Piquiri, a colônia Cantu, Piquiri, Goio-Bang e Goio-erê e na do Ivaí as colônias Manoel Ribas, Muquidão e Mourão." (BERNARDES, L., 1953: 350)

Estas colônias eram constituídas por numerosas glebas, cujas áreas variavam entre 5.000 e 10.000 hectares (BERNARDES, L., 1953: 350).

Em cada gleba,

"foi planejada uma sede urbana, além dos lotes rurais, de área (...) variável, cuja divisão foi estabelecida tendo em vista obter condições favoráveis de 'servidão de água' e facilidade de acesso." (BERNARDES, L., 1953: 350)

Com relação à implantação dessas colônias e à respectiva regulamentação da situação geral das terras na região de Campo Mourão, bem como de outras áreas legalmente vazias o IPARDES (1976) faz as seguintes ressalvas:

"Ainda que algumas publicações façam referências à ação deliberada do governo estadual no sentido de colonizar suas terras, os fatos indicam a ausência de qualquer planejamento que definisse esta intenção como tal, o que é facilmente identificado quando se constatarem titulações irregulares (duplas) da mesma propriedade, o que, no mínimo, indica não haver controle sobre aquilo que realiza. Toda a titulação (ou a maioria delas) feita pelo Estado nas áreas legalmente vazias foi aleatória, definida pelo pretendente que obteve documentos em troca de pagamento de favores políticos." (IPARDES, 1976: 49)

O território que compõe os atuais municípios de Campina da Lagoa e Nova Cantu, fazia parte da Colônia Cantu, enquanto que a área atualmente pertencente a Ubitatã, era parte integrante da Colônia Goio-Erê, ambas criadas pelo decreto nº 8.564 de 17 de Maio de 1939.

Deve-se ressaltar que, a maioria das glebas da Colônia Cantu (inclusive as que deram origem a Campina da Lagoa e Nova Cantu) se encontrava, naquele período (décadas de 1930 e 1940), parcial ou totalmente ocupadas.

Sobre o povoamento ocorrido anteriormente à implantação de colônias nessa região, assim se pronuncia BERNARDES, L. (1953):

"Em grande parte das colônias e nacionais fundadas pelo governo estadual, especialmente junto ao divisor Ivaí-Piquiri e no vale deste, o povoamento já se iniciara espontaneamente desde o começo do século. Ai se haviam instalado, em número bastante elevado, caboclos e colonos de origem estrangeira, especialmente poloneses e ucranianos vindos das velhas colônias do leste (Rio Claro, Prudentópolis, etc)." (BERNARDES, L., 1953: 351)

A área atualmente coberta pelo município de Ubitatã, entretanto, apresentava-se praticamente livre de ocupação.

O Poder Público, objetivando intensificar o processo de ocupação da área, bem como definir a situação legal de suas terras, procedeu da seguinte forma: nas áreas anteriormente ocupadas, o então Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado (D.G.T.C.), realizou diretamente a colonização, vendendo lotes e principalmente legalizando posses. Nas glebas livres ou com

pequena ocupação, o poder público concedeu o loteamento e a venda das terras às empresas privadas de colonização.

Assim, a área pertencente aos atuais municípios de Campina da Lagoa e Nova Cantu, foi loteada pelo então Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado, a partir de 1954, enquanto à pertencente atualmente ao município de Ubatã, que se encontrava praticamente desocupada, foi concedida à Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda (SINOP) em 1951, sendo que a companhia iniciou o loteamento e a venda dos lotes da gleba (denominada de Gleba Rio Verde com 51.448 hectares) a partir de 1956.

Até o final da década de 1950, o território pertencente atualmente aos três municípios, bem como a maior parte da área localizada entre os rios Ivaí e Piquiri pertenciam ao município de Campo Mourão, criado em 1947.

Com relação à população, o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (I.T.C.F.) destaca, que no ano de 1950,

"(...) quando da área de Campo Mourão, não haviam sido desmembrados os atuais municípios, contavam com 32.948 habitantes, sendo 17.560 homens e 15.388 mulheres. Segundo a cor, 26.450 eram brancos, 832 eram pretos, 5.513 eram pardos e 26 eram amarelos. Pelo estado civil, dos habitantes com mais de 15 anos, 5.396 eram solteiros, 11.219 casados, 744 viúvos e 35 desquitados. Segundo a nacionalidade, havia 325 estrangeiros e 90 brasileiros naturalizados. A densidade demográfica era de 2 habitantes por Km², e 94% da população estava na zona rural. Na cidade de Campo Mourão, havia 836 habitantes, sendo 453 homens e 383 mulheres" (I.T.C.F., 1987: 20)

As vilas principais de Campo Mourão em 1950, segundo o I.T.C.F. (1987) eram:

"Barbosa Ferraz, Juranda, Barreirinho do Oeste, Jaracatiá, Campina da Lagoa, Mamburê, Farol, Quinta do Sol, Fênix, Roncador e Iretama." (I.T.C.F., 1987: 20)

Na verdade a ocupação da região de Campo Mourão foi intensificada no decorrer das décadas de 1950 e 1960, com a compartimentação de inúmeras glebas, a legalização de posses e a venda de pequenos lotes, efetuada tanto pelo estado (através do D.G.T.C.) como pelas companhias particulares.

De acordo com o Censo Demográfico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (F.I.B.G.E.), no ano de 1960 o município de Campo Mourão contava com uma população de 140.362 habitantes, sendo que Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu, então distritos, somavam 35.500 habitantes.

4 - O ENCONTRO DE DUAS FRENTES DE COLONIZAÇÃO

A população que se deslocou para a área era procedente basicamente de duas frentes de expansão: uma proveniente do Norte e outra do Sul. A primeira, derivada das frentes colonizadoras do café e a segunda, oriunda dos dois estados meridionais (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), composta por

descendentes de colonos europeus (terceira e quarta geração), que impossibilitados de se reproduzirem socialmente nos minifúndios se deslocaram para o Paraná.

BALHAMA (1969), assim descreve o encontro das duas frentes de colonização:

"(...) a onda de colonizadores gaúchos e catarinenses ultrapassa o Rio Iguaçu, seguindo pelo Rio Paraná até a altura de Campo Mourão onde se defronta com a frente de colonização do café, formada de paulistas, mineiros, nordestinos que, ao contrário, vinham do Norte para o Sul." (BALHAMA, 1969: 10)

O encontro dos dois fluxos populacionais de origens distintas, fez com que esta porção do estado fosse marcada pela transição entre o Norte e o Oeste/Sudoeste, apresentando portanto, caracteres da formação econômica-social das duas grandes regiões do Paraná, com limites bem definidos até pelo menos o final dos anos 1960.

Além de BALHAMA, outros autores têm ressaltado a ocorrência do encontro dos dois fluxos populacionais e em consequência o caráter transitório assumido pela região de Campo Mourão.

Assim, MONBEIG (1984), referindo-se ao processo de ocupação do Norte do Paraná descreve que

"Campo Mourão parece ser atualmente [em 1949] o extremo de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (...), as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto os 'safristas' vindos do sul preferem os solos pobres dos altos." (MONBEIG, 1984: 207)

Referindo-se à cidade de Campo Mourão, assim se pronuncia BERNARDES, N. (1952):

"(...) atualmente [em 1952] esta cidade está em uma das pontas de uma enorme pinça, que nesta região, se fecha sobre o Ivaí: o povoamento que se expandiu no Norte tende a se unir através do Ivaí com a que vem se alastrando, com ponto de apoio em Guarapuava. (...), aí, então, nesta fronteira do povoamento o Norte e o Sul do estado se encontram. Para aí afluem mineiros, paulistas, baianos, etc. bem como riograndenses, catarinenses e paranaenses do Leste." (BERNARDES, N., 1952: 432)

BERNARDES, L. (1953) destaca que

"aí se vão encontrar, nas margens do grande rio [Ivaí], a frente pioneira do Oeste e do Norte do estado." (BERNARDES, L., 1953: 357)

MESQUITA & TIETZMAN SILVA (1970) ao definir estatisticamente as regiões agrícolas do Estado do Paraná, tecem as seguintes considerações sobre a região de Campo Mourão:

"De povoamento recente, efetivamente povoada na década de 40, esta região de matas representa uma transição entre o norte e o oeste paranaenses. Apresenta, na lavoura, certos padrões que a fazem assemelhar-se à porção setentrional do

Estado e, na pecuária (criação de suínos), características que a ligam ao oeste."
(MESQUITA & TIETZMAN SILVA, 1970: 33)

DUARTE & STRAUCH (1972: 143) consideram que "a área de contato entre o Norte e o Oeste Paranaense, corresponde à Microrregião de Campo Mourão."

5 - A MENOR IMPORTÂNCIA RELATIVA DA CAFEICULTURA

Além da mesclagem da população (elementos provenientes do Norte e do Sul) DUARTE & STRAUCH buscam identificar o seu caráter de transição, comparando o valor da produção do café cultivado na Microrregião Homogênea de Campo Mourão com o das outras áreas do Norte Novo e do Norte Novíssimo do estado. Os autores fazem as seguintes considerações: enquanto que nas outras regiões do Norte do estado

"(...) o valor do café era superior a 50% do valor total da produção, na Microrregião de Campo Mourão, correspondia a 35% do total (dados de 1970), estando em uma posição intermediária entre o Norte cafeeiro, e o Oeste, onde as lavouras se destacam em valor." (DUARTE & STRAUCH, 1972: 144)

De fato, na região de Campo Mourão o café não chegou a ser protagonista da história como foi no restante do Norte do estado. Apesar de importante, o café não foi predominante, sobressaindo além da exploração madeireira, a policultura (milho, arroz, feijão, hortelã, café, algodão, etc) e a suinocultura (praticada, sobretudo, pelos colonos provenientes do sul).

Além das limitações de ordem climática (a área se localiza ao sul do Paralelo 24°), podem ser apontados mais dois fatores que contribuíram para a menor expressividade da cafeicultura na região de Campo Mourão:

- significativa presença de migrantes sulinos, sem tradição no plantio do café;

- o processo de ocupação sistemática da área, se deu, em grande parte, no decorrer da década de 1960, quando a cafeicultura se apresentava pouco atrativa e já se colocava em prática políticas oficiais de desestímulo à lavoura.

Nos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu a cafeicultura foi ainda menos expressiva, em virtude da área em apreço estar mais sujeita à ocorrência de geadas, uma vez que se localiza no Extremo Sudoeste da região.

Entre o início do processo de colonização (meados da década de 1950) e o final dos anos 1960, predominou nos três municípios, a agricultura tradicional, ou seja, sem a utilização de máquinas e insumos modernos.

Dentre os produtos cultivados destacavam-se além daqueles voltados diretamente para a auto-sustentação (arroz, feijão, mandioca, etc.), outros que visavam exclusivamente o mercado, como o hortelã e o algodão.

De acordo com dados apresentados pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA referentes ao ano agrícola de 1968/69, as lavouras com maior área plantada no município de Ubitatã foram as seguintes: milho com 18.310ha; feijão com 11.700 ha; algodão com 7.200 ha; arroz com 6.400 ha; soja com 5.480 ha e hortelã com 2.260 ha, perfazendo no conjunto 79,7% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município.

Quanto ao valor da produção vendida no ano agrícola 1968/69, no município de Ubitatã, destacaram-se os seguintes produtos, segundo a ACARPA (1969): algodão com 44,5%, hortelã com 13,3%, milho com 12,5%, feijão com 10,7%, soja com 8,1% arroz com 3,9%, perfazendo no conjunto 93% do total. Os 7,0% restantes segundo a mesma fonte, corresponderam ao café, trigo, amendoim, mamona, fumo de corda, girassol e outras culturas.

Observa-se pelos dados apresentados anteriormente, que a despeito da hortelã ocupar uma área relativamente pequena (2.260 ha) o produto destacou-se em termos de valor da produção vendida, fato que se justifica pelo caráter essencialmente mercantil e pelo elevado valor da menta no mercado.

A ACARPA (1969) tece as seguintes considerações sobre a influenciada cultura da hortelã no processo de ocupação do município de Ubitatã:

"A cultura da hortelã pimenta teve seu apogeu há alguns anos passados. Houve naquela época um grande 'rush', quando muitos agricultores fascinados por esta cultura, deslocaram-se para cá com vistas a melhores dias. Este episódio foi um dos fatores preponderantes na povoação e desbravamento do município. No entanto, gradativamente, em consequência principalmente do esgotamento das terras, a hortelã vem caindo de importância. Tanto é que, sem sombras de dúvidas, a hortelã deixará seu lugar para outras culturas". (ACARPA, 1969: 37)

A ACARPA (1969) destaca ainda que o município de Ubitatã contava com 70 alambiques de hortelã em atividade naquele ano, constituindo-se no centro de negócios de óleo de menta na região.

Quando ao algodão a ACARPA (1969) ressalta que o seu cultivo praticamente se iniciou no ano de 1969, em virtude do declínio da hortelã, que, *"forçou os agricultores a procurarem uma cultura mais rendosa. E, encontrou no algodão a cultura ideal."* (ACARPA, 1969: 29)

Na verdade, pode-se afirmar que a agricultura praticada nos três municípios, passou a apresentar um cunho mercantil já a partir de meados da década de 1950, quando se iniciou o processo de colonização dirigida, a despeito da utilização de técnicas arcaicas de produção e da difícil articulação com as demais áreas, devido principalmente à precariedade do sistema de comunicações.

6 - A PRECARIEDADE DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL

A interligação dos três municípios, bem como de toda a região com as demais porções do Estado era efetuada, até o início da década de 1970, atra-

vés de rodovias não pavimentadas, com exceção do trecho da BR-369 que liga a cidade de Campo Mourão a Maringá.

Sobre a precariedade das rodovias não pavimentadas, assim se pronuncia WAIBEL (1984) quando caracteriza as chamadas "regiões pioneiras":

"Uma condição indispensável para o transporte rodoviário é, naturalmente a construção de estradas e sobretudo a construção de pontes sobre os rios e riachos. Estas últimas geralmente têm uma confecção sólida, enquanto as estradas muitas vezes não são mais do que trilhas na terra barrenta, poeirentas mas trafegáveis na estação seca, e cheias de atoleiros, a ponto de ficarem intransitáveis, após as chuvas. Então cessa todo o trânsito na cidade e no campo, e a vida econômica fica paralisada às vezes dias seguidos (...). As estradas nestas condições ficam cheias de automóveis e caminhões atolados, turmas de socorro partem em todas as direções e mesmo nas cidades o tráfego é limitado às necessidades indispensáveis." (WAIBEL, 1984: 299)

Além da deficiência do sistema de transportes, deve-se ressaltar a carência infra-estrutural dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu até o final da década de 1960, representada pela não disponibilidade de energia elétrica, telefone, poucas agências bancárias, etc.

Até o início dos anos 1970, a maior parte da população dos três municípios residia na zona rural (85,7%, segundo dados do Censo Demográfico de 1970 da F.I.B.G.E.), restringindo-se os núcleos urbanos a comercializar a produção agrícola (cerealistas/bodegueiros), a abastecer o meio rural com produtos elaborados (principalmente querosene, sal, açúcar, roupas, ferramentas) e a oferecer os serviços básicos para a população.

7 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA MODERNA

A partir dos primeiros anos da década de 1970, passou a haver a expansão das lavouras de soja em bases técnicas modernas na região de Campo Mourão e em vastas áreas do Norte e do Oeste do Paraná, sendo que, em meados da mesma década, houve a constituição do binômio soja/trigo.

A expansão do binômio soja/trigo (sobretudo da sojicultura) na região de Campo Mourão, inclusive nos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu, se deu num ritmo bastante acelerado, atendendo aos desígnios do poder público, que carrou um montante crescente de recursos financeiros às duas lavouras e às atividades de suporte do binômio (cooperativas, agroindústrias, etc) no decorrer de toda a década de 1970.

Deve-se destacar também, que atrelada à modernização da agricultura, ocorreu uma sensível melhoria no sistema de comunicações e na infraestrutura geral da região e dos três municípios, inclusive da zona rural (instalação de energia elétrica, melhoria das estradas vicinais, etc), que acabou por fortalecer a tendência à "urbanização da sociedade rural".

Dentre as melhorias destacaram-se a pavimentação da Rodovia BR-369 no trecho que liga as cidades de Campo Mourão e Cascavel, que corta o município de Ubatatã nas proximidades de sua sede, concluída em 1976; a abertura e pavimentação da Rodovia PR-239 no trecho que liga a cidade de Campina da Lagoa à Rodovia BR-369, concluída em 1978 e no trecho que liga as cidades de Nova Cantu e Campina da Lagoa, concluída em 1983; a expansão da rede telefônica e instalação do Sistema DDD em 1974; implantação da Cooperativa Agropecuária União (COAGRU) em 1975 e de uma unidade da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) no ano de 1977 em Ubatatã e a instalação de entrepostos na região nos anos subseqüentes; expansão da eletrificação rural; abertura de novas agências bancárias na área; instalação de filiais de grandes empresas distribuidoras de máquinas e insumos agrícolas, etc.

Do ponto de vista estritamente econômico, a modernização da agricultura foi positiva para a área, pois concomitantemente ao referido processo e como exigência dele, ocorreu uma significativa melhoria nos equipamentos de infra-estrutura e no sistema de comunicações, o que redundou na incorporação efetiva da área à economia estadual e nacional.

Da perspectiva social entretanto, o processo de modernização da agricultura da área foi desastroso. Nos moldes em que se deu, o movimento modernizante não somente excluiu a maioria dos agricultores, como impossibilitou a reprodução social de uma ampla gama de pequenos produtores rurais (antigos meeiros, parceiros, arrendatários, ocupantes, além de pequenos proprietários), que foi obrigada a deixar o campo, instalando-se na periferia das cidades ou deslocando-se para as zonas de fronteira agrícola da Amazônia ou do Paraguai.

Em suma, pode-se dizer que as alterações no modo de produzir e organizar a produção agrícola dos três municípios, acompanhadas da intensificação do processo de urbanização; instalação de modernos equipamentos de infra-estrutura; da concentração fundiária; da liberação da parte da população rural, etc., redundaram na reorganização do espaço geográfico da área, que se adequou às novas condições de produção determinadas, via de regra, pelos interesses dos grandes grupos econômicos que atuam direta ou indiretamente na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da região de Campo Mourão, bem como dos municípios de Ubatatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu, se efetivou num curto espaço de tempo (menos de 30 anos); com a chegada maciça de migrantes provenientes das zonas cafeeiras do Norte e das áreas de minifúndio dos dois estados do Extremo Sul do país (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

O encontro da frente colonizadora originária do Norte com a frente colonizadora do Sul, refletiu-se nos aspectos sócio-culturais da região, dando-

Ihe um caráter de transição.

Deve-se ressaltar entretanto que as diferenças sócio-culturais e econômicas existentes entre a chamada Grande Região Norte e o Oeste/Sudoeste que eram significativas até os anos 1960, foram progressivamente dissolvidas a partir da década de 1970. A expansão do binômio soja/trigo em bases técnicas modernas nas duas regiões, associada à melhoria do sistema de comunicações entre as duas áreas, levaram à maior integração e conseqüente redução das diferenças sócio-culturais existentes entre as porções Nortee Oeste/Sudoeste do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. *Realidade Rural do Município de Ubatã*. Curitiba, ACARPA, 1969, 63p.
- BALHANA, Altiva e Pillati et alii. *História do Paraná*. Curitiba, Gráfica Editora Cultural, 1969.
- BERNARDES, Lysia M. Cavalcanti. O Problema das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 15(3): 335-384, Jul/Set. 1953.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do Povoamento do Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 14(4): 42-456, Out/Dez 1952.
- DUARTE, Aluizio Copdeville & STRAUCH, Ney. Noroeste do Paraná. *Guia de Excursões I Encontro Nacional de Geógrafos*. Presidente Prudente, A.G.B., 1972, pp. 133-166.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Demográficos do Estado do Paraná 1960/70*, Rio de Janeiro, FIGBE.
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo. *O Binômio Soja/Trigo na Modernização da Agricultura do Paraná: O Caso dos Municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu*, IGCE, Rio Claro, 1990. 223p (Dissertação de Mestrado).
- INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. *Campo Mourão: Alguns Fatos Históricos*. Curitiba, ITCF, 1987 (Publicação em Homenagem ao 40º Aniversário de Emancipação Política de Campo Mourão).

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. *Subdivisão, Posse e Uso da Terra no Paraná*. Curitiba, Convênio CODESUL/IPARDES, 1976, 209p.

MESQUITA, Olindina Viana & TIETZMANN, Solange. Regiões Agrícolas do Estado do Paraná: uma definição estatística. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE 32(1), pp. 03-41, Jan/Mar 1970.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo. HUCITEC/POLIS, 1984, 392p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA. *Folheto Comemorativo do 22º Aniversário de Emancipação Política de Campina da Lagoa*. Campina da Lagoa, 1982.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, FIBGE, 1979, 328p. (1ª ed. 1958).

